



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA**

**EDITAL 02/2020
PROGRAMA DE BOLSA POR DEMANDA SOCIAL**

A Coordenação do Curso de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGSC/UFES), torna público que estarão abertas no período de 10 a 11 de março 2020, as inscrições para seleção de bolsistas do PPGSC/UFES, em nível de Mestrado.

1 – Da Comissão

- 1.1. O processo de concessão bolsas do PPGSC/UFES, recebidas de agências financiadoras, será conduzido por uma comissão, denominada por Comissão de Bolsas, formada pelo Coordenador do PPGSC/UFES, dois representantes docentes, um representante discente, conforme o cronograma (Anexo I).
- 1.2. Toda documentação deverá ser entregue presencialmente na Secretaria do PPGSC/UFES, conforme o cronograma (Anexo I).

2 – Dos Critérios para alocação de bolsas

- 2.1. Os critérios para alocação das bolsas disponíveis referentes ao ano de 2020 obedecerão a elegibilidade por demanda social.
- 2.3. As bolsas disponíveis no PPGSC/UFES serão destinadas à demanda social atendendo aos seguintes critérios:
 - I. Não possuir vínculo empregatício e/ou não possuir fonte de rendimentos no momento da concessão da bolsa de estudos, critério eliminatório (Anexo II);
 - II. Candidatos cadastrados no CADÚnico, com comprovante emitido pelo sistema, critério classificatório com valor 10 e peso 2;
 - i. Caso o candidato não seja cadastrado no CADÚnico, será considerada a comprovação de renda total familiar menor que três salários mínimos, dos últimos três meses;
 - III. Candidatos autodeclarados de raça/cor preta, parda ou indígena por autodeclaração (Anexo III), critério classificatório com valor 10 e peso 2;
 - IV. Candidatos não residentes nos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Viana, Cariacica, Guarapari, Fundão, Serra), que tenham necessidade de se mudar por ocasião do curso de mestrado, critério classificatório com valor 10 e peso 2;
 - i. Devem ser entregues documentos que comprovem tal situação, como comprovante de residência em nome do candidato, pai, mãe ou companheiro do município de origem e contrato de aluguel em um dos municípios da região metropolitana.

- V. Candidatos aprovados no processo seletivo, que atendam ao critério I, mas não se enquadram nos critérios II, III e IV, poderão concorrer a bolsas, utilizando sua nota final no processo seletivo, critério classificatório com peso 1 (escala de 0 a 40);

Parágrafo único. A classificação geral do processo seletivo será dada pela seguinte fórmula que ordenará a prioridade de concessão de bolsas (PCB):

$$PCB = [\text{Critério II} \times 2 + \text{Critério III} \times 2 + \text{Critério IV} \times 2 + \text{Critério V}]/10$$

3 – Dos critérios para Concessão da Bolsa

3.1- Após análise da Comissão de Bolsas do PPGSC/UFES, indicação de concessão da bolsa, será formalizada contratação do bolsista mediante assinatura do “Termo de Concessão de Bolsa” pelo bolsista, orientador e Coordenador do PPGSC/UFES. Para isto, algumas exigências ao pós-graduando são estabelecidas de acordo com artigo abaixo:

Art. 1º Para concessão de bolsa de estudos, exigir-se-á do pós-graduando:

I - dedicação integral às atividades do programa de pós-graduação;

II - comprovação de desempenho acadêmico satisfatório, consoante às normas definidas pelo PPGSC/UFES;

III - realizar Estágio de docência I e II de acordo com as normas estabelecidas pela agência de fomento e PPGSC/UFES;

IV- fixar residência na Região Metropolitana da Grande Vitória - Espírito Santo;

V - não acumular a bolsa com qualquer modalidade de auxílio ou bolsa de outra agência de fomento pública, nacional ou internacional, ou empresa pública ou privada, excetuando-se os casos previstos pelas agências de fomento;

i. Caso ocorra a percepção de recursos financeiros por meio de vínculos formais ou informais, por trabalhos permanentes ou temporários, durante a vigência da bolsa, o bolsista deve informar imediatamente à Comissão de Bolsas do PPGSC/UFES, para avaliação quanto à continuidade da vigência da bolsa.

4 - Da revogação da concessão

Art. 2º Será revogada a concessão da bolsa, com a consequente restituição de todos os valores de mensalidades e demais benefícios, nos seguintes casos:

I - se apurada omissão de percepção de remuneração, quando exigida;

II - se for apresentada declaração falsa da inexistência de fomento de qualquer natureza, por outra agência;

III - se praticada qualquer fraude pelo bolsista, sem a qual a concessão não teria ocorrido no processo seletivo;

IV – por outras razões discriminadas pelas agências de fomento.

Parágrafo Único. A não conclusão do curso acarretará a obrigação de restituir os valores despendidos com a bolsa, de acordo com as regras de cada agência de fomento. A avaliação dessas situações fica condicionada à aprovação pela Comissão de Bolsa em justificativa devidamente fundamentada.

5 – Do estágio no exterior

Art. 3º O bolsista que obtiver apoio de uma agência de fomento para efetuar estágio no exterior relacionado com seu plano de curso deverá seguir as regras de concessão da agência de fomento, havendo a possibilidade de ser substituído, durante o período em que estiver afastado, por outro aluno regularmente matriculado no curso.

Art. 4º O período do estágio será computado para efeito do cálculo da duração máxima da bolsa.

6 – Dos casos não previstos

Art. 5º Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Bolsas do PPGSC/UFES.

Vitória, 10 de março de 2020.



Comissão de Bolsas:

Thiago Nascimento do Prado (Presidente)

Maria Carmen Viana (Docente)

Edson Theodoro dos Santos Neto (Coordenador do Programa)

Joel Hirtz do Nascimento Navarro (Representante Estudantil)

ANEXO I - CRONOGRAMA

Etapa	Data	Horário
Inscrição presencial	10 e 11 de março	08:00 – 12:00
Resultado preliminar	12 de março	Até 12:00
Interposição de recursos	12 de março	13:30 – 16:00
Resultado final	13 de março	Até 17:00

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE NÃO PERCEPÇÃO DE RENDIMENTOS

Eu, _____,

Identidade: _____, CPF: _____,

residente no endereço: _____

_____ declaro para os devidos fins que não possuo vínculo empregatício ou outra fonte de rendimentos.

Nome:

CPF:

ANEXO III - FICHA DE AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Declaro-me preto (a), pardo (a) ou indígena e desejo concorrer às bolsas por Demanda Social do Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGSC/UFES).

Declaro que as informações acima contidas são verídicas. Tenho consciência do agravo que possa estar cometendo, caso infrinja os preceitos do Artigo 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), transcrito abaixo:

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Nome:

CPF: